

NOVA REPÚBLICA

GAZETA MERCANTIL

# Governo remeterá ao Congresso sua proposta de Constituinte

por Márcio Chaer  
de Brasília

O governo poderá remeter sua própria proposta de convocação da Assembleia Nacional Constituinte ao Congresso nos próximos dias, anunciou ontem o presidente do PMDB e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães. Dessa forma, o Planalto poderá participar da iniciativa, o que não ocorrerá se, até o dia 12 de junho (data marcada para a votação da emenda Gastone Right), não tiver tramitado uma proposta de emenda assinada pelo presidente José Sarney.

Essa iniciativa é considerada "a melhor solução" pelo líder do governo na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, e "inevitável" pelo seu colega no Senado, Humberto Lucena. Essa posição deverá ser apresentada hoje no Palácio do Planalto, quando Sarney presidirá a reunião de seu Conselho Político, integrado pelas lideranças da Aliança Democrática, pelos ministros da Justiça e da Casa Civil e pelo coordenador do pacto político, Ulysses Guimarães — função que lhe foi atribuída no último sábado pelo próprio presidente através do discurso de Goiânia.

Nessa mesma reunião se deverá abordar o proclamado pacto político, "cujos limites ainda não estão suficientemente claros", segundo Pimenta da Veiga, que pretende levantar essa questão.

Indagado a esse respeito e sobre a restrição colocada pelo ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, de que a conclusão desse acordo não deveria

## "Em defesa do regime"

por M.A. Coelho Filho  
de São Paulo

O senador e líder do governo no Congresso Nacional, Fernando Henrique Cardoso, vê a formação do pacto político, proposto pelo presidente José Sarney, como uma ação política que "definirá o regime democrático", pelo menos até a Constituinte. O senador, que não vê conflito algum entre esse pacto e o pacto social aventado pelo ex-presidente Tancredo Neves, disse também que participa hoje da reunião do

Conselho Político do governo, que definirá o procedimento da formação do "grande acordo".

"A diferença é que os atores políticos crescem nesse tipo de pacto", destacou Fernando Henrique. Segundo ele, como se trata de definições sobre os "rumos do regime democrático no Brasil", e não em "apoio ao governo da Nova República", todos os partidos deverão participar, inclusive os que hoje se esão legalizando como o Partido Comunista Brasileiro.

ser atribuição de uma só pessoa, Ulysses Guimarães respondeu que não entende como restrição aquela posição — "uma vez que não pretendo imprimir nenhum exclusivismo a essa colaboração ou coordenação de que participaremos".

Ulysses informou que só pretende procurar os interlocutores do pacto "quando isso for necessário". Segundo o líder governista no Senado, Humberto Lucena, no entanto, "o presidente Sarney espera que os contatos se iniciem o mais rápido possível, e não só com os partidos legalizados como também com os que se encontram em organização".

Esse entendimento, como fazem questão de frisar todos os líderes da Aliança Democrática, não significará, em momento algum, um compromisso de apoio ao governo, e sim de apoio à consolidação da demo-

cracia. Para Pimenta da Veiga, Humberto Lucena e o deputado José Lourenço — líder da Frente Liberal na Câmara —, por exemplo, esse conjunto de forças poderá diligenciar, além do cronograma pré-constituinte, as mudanças em torno da Lei de Segurança Nacional, da Lei de Greve e da Lei de Imprensa.

Aspectos como as reformas do Judiciário, nas palavras de Pimenta da Veiga, "podem e devem ficar para a Constituinte". Já a reforma dos Códigos Civil, Penal, de Processo Penal e da Lei de Execução Penal, em trâmite no Congresso, "não haverá mal nenhum que esperem a Constituinte, para não correremos o risco de, com a Constituinte, baixarmos princípios que entrem em conflito com essas leis".

Os líderes do PDS na Câmara e no Senado — Prisco

Viana e Murilo Badaró — esperam por uma "proposta concreta" para manifestar qualquer posição. Mas adiantam que não pretendem emprestar apoio a nenhuma iniciativa de interesse exclusivo do governo. "Esse pacto político", disse ao editor Walter Marques, o deputado Prisco Vianna, "não poderá ser uma tentativa de inibir as iniciativas do Congresso." Como assuntos a serem tratados interpartidariamente, antes da convocação da Constituinte, o pedessista sugere dois importantes temas: a reforma tributária e a recuperação das prerrogativas do Legislativo.

A grande meta do pacto político, no entanto, é a Constituinte. Num primeiro momento se definirá a fórmula da sua aprovação. A seguir, decide-se a sua coexistência com o Legislativo.

## Brizola pode apoiar o pacto

por Helena Daltra  
de Brasília

O governador do Rio, Leonel Brizola, está disposto a apoiar o pacto político que antecederá a convocação da Constituinte e reconhece a legitimidade do governo do presidente José Sarney. A disposição do governador de negociar o pacto político foi levada ontem ao presidente pelo deputado Bocayúva Cunha (PDT-RJ), que reiterou, todavia, a disposição do PDT de propor eleições diretas no próximo ano, e não em 1988, como quer a cúpula do governo.

"O prazo do mandato presidencial continua sendo nossa única divergência, mas o presidente não é rigoroso quanto à duração do mandato no período de quatro anos. Ele disse que não é um homem ambicioso", contou Bocayúva Cunha. O PDT, segundo o de-

putado, mantém a proposta do mandato de dois anos por entender que esse período é suficiente para o presidente "botar ordem na casa e promover as reformas políticas e institucionais de que o País necessita".

Sua opinião é de que o presidente do PMDB e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, conduzirá os entendimentos interpartidários para a consolidação do pacto político. O deputado não explicitou o que será negociado pelos partidos, dizendo apenas que "a intenção do pacto se materializa na cabeça dos homens públicos".

### REIVINDICAÇÕES PEDETISTAS

Na audiência com o deputado do PDT, o presidente ouviu três reivindicações: o recebimento de "royalties" pelo petróleo da bacia de Campos, a indicação de prefeitos pelo go-

vernador e não pelo governo federal e o controle da TV Educativa do Rio pelo governo do estado.

Sarney concordou com o deputado em que, das três reivindicações, a mais difícil de atender é a terceira, mas prometeu a Bocayúva examinar a matéria. Sobre a nomeação dos prefeitos, o presidente garantiu que o governo federal não interfere mais no setor, deixando para os governadores a indicação dos nomes para ocupar esses cargos nas áreas que foram consideradas de segurança nacional até que novos prefeitos sejam eleitos no pleito de novembro deste ano.

O presidente disse a Bocayúva Cunha que pedirá urgência na apreciação do projeto que tramita no Congresso Nacional, determinando o pagamento de "royalties" aos estados e municípios produtores de petróleo.

ANC 88  
Pasta 03-05/85  
107/1985